

**PLATAFORMA BRASIL E SUAS TESSITURAS****THE PLATAFORMA BRASIL AND ITS TEXTURES**Ana Maria Lopez Calvo de Feijoo<sup>1</sup>

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo mostrar os impactos, experimentados por cientistas, provocados pela obrigatoriedade de submissão das pesquisas oriundas das Ciências Humanas e Sociais à Plataforma Brasil. Para iniciar o estudo, pedimos um depoimento sobre essa experiência aos participantes do GT Psicologia & Fenomenologia. Continuamos a averiguar as dificuldades encontradas nos artigos e textos de pesquisadores da área de Humanas e Sociais. Com esses depoimentos e textos acerca do tema, concluímos que as queixas se dirigem a questões como: burocracia do processo de submissão; exigência metodológica incompatível com as pesquisas qualitativas; avaliadores de outras áreas que não compreendem os procedimentos das pesquisas qualitativas; rigidez do sistema. Prosseguimos o estudo mostrando a necessidade de controle das pesquisas para que não se repitam as atrocidades cometidas em seres humanos, em nome da ciência, durante a Segunda Guerra Mundial e, ao mesmo tempo, mostramos como a pesquisa de Viktor Frankl pôde ocorrer, nessa mesma guerra, sem causar nenhum prejuízo aos sujeitos da pesquisa. Apresentamos os diferentes códigos e normativas reguladoras das pesquisas estabelecidos: Código de Nuremberg, Resolução de 2012 e o sistema CEP/CONEP, além do diálogo das Ciências Humanas e Sociais com esses códigos. Por fim, problematizamos as noções de ética, moral, *hybris* e *métron*, para, dessa forma, concluirmos que o homem moderno precisa de normas já que se esqueceu da medida própria às relações. E para lembrar dessa medida é preciso que possamos poder ver a Plataforma Brasil em suas tessituras.

**Palavras-chaves:** Plataforma Brasil; Segunda Guerra Mundial; Viktor Frankl; Ética.

**Abstract:** This study aims to show the impacts, experienced by scientists, caused by the mandatory submission of research from the Human and Social Sciences to Plataforma Brasil. To start the study, we asked for a statement about this experience to the participants of GT Psychology & Phenomenology. We continue to investigate the difficulties encountered in articles and texts of researchers in Human and Social areas. With these statements and texts about the subject, we conclude that the complaints refer to issues such as: the submission process bureaucracy, methodological requirement incompatible with qualitative research; evaluators from other areas who do not understand the procedures of qualitative research; rigidity of the system. We continued the study showing the need for research control so that the atrocities committed against human beings, in the name of science, during World War II do not repeat and, at the same time, we show how Viktor Frankl's research could be performed in this same war, without causing any harm to research subjects. The different established codes and regulatory norms of research are presented: Nuremberg Code, 2012 Resolution and the CEP/CONEP system, besides the dialogue of Human and Social Sciences with these codes. Finally, we problematize the ethics, morals, *hybris* and *metron* concepts, in order to conclude that the modern man needs norms since he has forgotten the proper measure to relationships. And to remember this measure it is necessary that we can be able to see the Plataforma Brasil in its textures.

**Keywords:** Brazil Platform; World War II; Viktor Frankl; Ethics.

---

<sup>1</sup> Doutorado em em Psicoterapias Atuais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: [ana.maria.feijoo@gmail.com](mailto:ana.maria.feijoo@gmail.com)

## 1 Introdução

Iniciamos este estudo tecendo considerações acerca da Plataforma Brasil (PB). Para tanto, tomamos como linha guia a busca pelo modo como se deu a tessitura com a qual essa Plataforma foi estruturada. Primeiramente, cabe esclarecer do que trata essa plataforma. A Plataforma Brasil é um sistema eletrônico desenvolvido por técnicos do Ministério da Saúde (MS) como instrumento de coleta de dados e controle das informações sobre as pesquisas em seres humanos. Essa plataforma serve ao Comitê de Ética em Pesquisa e à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Sistema CEP/CONEP). O objetivo dessa plataforma é garantir a proteção da integridade física e psicológica dos participantes de diferentes investigações. A Plataforma Brasil entrou em vigência em 9 de setembro de 2011. Desde então, proliferaram-se as dificuldades encontradas pelos investigadores que se dedicam a pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais, principalmente quando se utilizam de uma metodologia qualitativa. Por esse motivo, decidimos perguntar aos próprios estudiosos que trabalham com métodos qualitativos sobre as suas experiências na submissão de seus projetos à Plataforma Brasil. Solicitamos a esses pesquisadores que fizessem breves depoimentos a respeito. Depois de recebidos os relatos, iniciamos o levantamento das questões que por ventura existissem no processo de submissão com a seguinte pergunta: *Algum de vocês tem algo a relatar sobre as dificuldades encontradas na submissão de suas pesquisas à Plataforma Brasil?*

As respostas à pergunta dirigida aos pesquisadores foram: 1) “Só tenho a dizer que submeter um projeto ao CE é um processo extremamente trabalhoso! Exigem detalhes, mil formulários, enfim, alguns cuidados que em alguns casos, no meu entendimento, são excessivos, mas temos que nos submeter caso desejemos fazer pesquisa quali!”; 2) “O que me parece é que a plataforma foi criada para filtrar camelos da área farmacológica e biomédica e acaba filtrando mosquitos das áreas de humanas e da saúde...”; 3) “Eu tenho dez anos de experiência nisso como conselheiro voluntário do CEP da UFMS. Aqui tem muita pesquisa multicêntrica, muita luta para coibir biopirataria, pesquisa odontológica e epidemiológica. Tudo passava pela nossa mão. Aí, quando vinha um antropólogo tentando entrevistar usuários de *tereré*, a turma era rígida para caramba. Os bastidores são deliciosos e amargos.”; 4) “Aqui, no CEP da UFMS, eu sempre lutei para que tivéssemos uma representação de todas as áreas. Médicos, sociólogos, antropólogos, filósofos, psicólogos, uma dentista e uma fisioterapeuta. Era uma zona, mas a gente tentava ver as particularidades das áreas. Cara, o Brasil é um

continente. E a gente quer resolver tudo na facilidade, na navalhada. Claro que não dá, precisa diversificar muito.”; 5) “O protocolo não é feito para as Ciências Humanas! Então muitas perguntas não se adequam ao nosso contexto! E quando vai para avaliação, certamente dependerá de cada CEP, mas acabam avaliando a partir da perspectiva quantitativa e biomédica.”; “Partilhando das mesmas impressões, incluindo a forma como a própria plataforma se estrutura, demandando o registro de hipóteses, riscos e como os riscos são minimizados, como itens que demonstram uma perspectiva quantitativa e biomédica.”; 6) “Também fui membro do CEP e partilho das inquietações por ele vividas e ausência de uma pluralidade de olhares para apreciação dos projetos.”; 7) “Recordo que, quando era membro, eu era a única que realizava pesquisas qualitativas, todos os demais membros eram pesquisadores quanti... As plenárias eram inquietantes pela dificuldade de propor o acolhimento às pesquisas em Ciências Humanas.”; 8) “Mesmo a ideia de hipótese, teste, bancada... Hã? Isso é uma extrapolação. Trabalhei muito para ajudar pesquisadores expressarem que, na pesquisa, muita – MUITA – gente trabalha sem precisar da noção de hipótese.”; “A demora com que os projetos são analisados adia por demais o início da pesquisa e muitas vezes os esclarecimentos são encaminhados de modo incompreensível.”; “Nosso grupo frequentemente se depara com informações contraditórias além de exigências muito díspares.”.

Não só os pesquisadores acima apontam para as dificuldades e limitações do sistema, mas também a Dra. Greyce Lousana, presidente executiva da Sociedade Brasileira de Profissionais em Pesquisa Clínica (SBPPC), no editorial da Revista de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-facial, questiona: “O que o governo queria com a Plataforma Brasil?”. E ela mesma responde:

Imagino que ela quisesse o que a comunidade científica e a população também queriam: uma base de dados inteligente, capaz de fornecer informações sobre a realidade da pesquisa no país, em tempo real – o que nunca existiu – com funcionalidades que atendessem a todos os seus usuários e em sintonia com as normativas (LOUSANA, 2012, p. 10).

A Dra. Greyce conclui que a elaboração e o planejamento dessa normativa apresentaram problema desde seu início. A Plataforma Brasil foi lançada por três vezes pelo Ministério da Saúde devido as falhas e vícios presentes em suas normativas. Essa estudiosa ressalta mais uma vez que participantes essenciais não estiveram presentes no grupo de discussões e por isso as dificuldades para algumas áreas de estudo não foram manifestadas no início, e até hoje não são presenças marcantes. Ela ainda ressalta que

procedimentos básicos deveriam ter sido revistos pelo MS antes do lançamento da plataforma.

Mas não só aspectos negativos merecem ser abordados. A CONEP também se mostra muito propícia à proteção do indivíduo. Um dos depoentes que responderam à questão deste pequeno inquérito apontou para o grande serviço dessa organização:

“Por outro lado, quando a Fiocruz se estabeleceu aqui no Mato Grosso do Sul, estava sendo feito um experimento de revalidação de uma vacina para uma dessas doenças epidêmicas aqui do Brasil. Descobrimos, no comitê de ética, que estavam fazendo a vacinação em umas crianças da periferia sem nenhum cuidado sanitário, eles não iriam utilizar nenhuma forma de higiene. Fomos chamados para uma reunião e disseram que estavam aplicando essas vacinas em todo Brasil e só vocês que estão emperrando. Resolveu-se o problema graças à CONEP. O problema está em utilizar o mesmo critério para tais pesquisas invasivas às pesquisas que faz (*sic*) grupo focal, situações muito menos invasivas que acabam sendo impedidas por conta de critérios tão gerais.”

Araujo e Francisco (2016), ambas representantes do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, mostram as dificuldades mais frequentes para pesquisadores no uso da Plataforma Brasil, especialmente pesquisadores de matriz qualitativa. Por outro lado, apontam para a importância do processo de análise ética dos protocolos de pesquisa por parte do sistema dos Comitês de Ética em Pesquisa e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP). O objetivo do estudo de Araújo e Francisco é que o pesquisador se dê conta das necessidades de que os projetos de pesquisas com humanos passem pelo crivo desse Comitê. Para tanto ressaltam:

A ética da pesquisa com seres humanos tem como objetivo preservar aos participantes da pesquisa, sua integridade física, moral e social, pois se considerarmos que muitos trabalhos são realizados com comunidades menos favorecidas como a população indígena, moradores de favelas, crianças em situação de risco, dentre outros, se não houvesse orientações éticas para se trabalhar com essas comunidades, estaríamos voltando no tempo, donde no período da Segunda Guerra mundial eram realizadas atrocidades envolvendo seres humanos nas pesquisas sem critério ético (ARAÚJO; FRANCISCO, 2016, p. 363).

Como vimos anteriormente, com relação à CONEP, as dificuldades são relatadas, mas também a necessidade se fez presente. Para poder aprofundarmos mais nessa discussão, vamos acompanhar diferentes situações de pesquisas e suas consequências durante a Segunda Guerra Mundial, mais especificamente no período de 1942 a 1945 – momento da história da humanidade em que foram registrados inúmeros progressos científicos à custa de inumeráveis atrocidades cometidas a outros homens como nós. Por outro lado, podemos acompanhar experiências também registradas nesse mesmo período

em que muito cuidado foi dirigido àqueles que se encontravam em campos de concentração.

## **2 Experimentos nazistas entre 1942-1945**

A Segunda Guerra Mundial iniciou em 1939 e terminou em 1945. Foram 15 anos de terror, incluindo mortes, roubos, estupros, torturas e inúmeras violações aos direitos humanos. Registramos durante essa guerra o genocídio mais marcante da história da humanidade. Entre 1942 e 1945, o Partido Nazista cometeu inúmeras atrocidades, principalmente dirigidas ao povo judeu e também aos ciganos. Além de todas as torturas e maus-tratos com trabalho forçado e ininterrupto, passaram a realizar pesquisas de todos os tipos, sem a menor preocupação com as consequências que esses experimentos científicos provocavam nos homens que eram tomados como cobaias. Tudo isso com a justificativa de que a vida humana estava a serviço do desenvolvimento científico. Sabemos que verdadeiras atrocidades foram permitidas e praticadas inclusive por médicos a serviço do nazismo. Segundo Bernardes (2010, citado por ARAÚJO; FRANCISCO, 2016), 23 médicos foram condenados por terem exposto os prisioneiros a violências incalculáveis.

Os experimentos realizados nos campos de concentração, principalmente entre 1942 e 1945, foram de diversas modalidades científicas: de cunho militar que serviam à preparação dos soldados alemães, de cunho biológico com o objetivo de avanços médicos e de cunho sociológico na tentativa de estabelecer diferenciações entre as raças humanas.

De cunho militar – os cientistas procediam a mensuração da resistência humana a diferentes situações adversas: expondo os prisioneiros a câmaras de pressão e imersão em água gelada por um longo período de tempo para, dessa forma, poderem preparar seus militares para suportar as condições de sobrevivência; testando a reação do homem a altas altitudes utilizando câmaras de pressurização e, assim, saberem a altitude máxima que um homem consegue suportar para, então, poderem indicar a altura limite que seus militares poderiam saltar de paraquedas. Além disso, para garantir a sobrevivência dos soldados alemães frente a congelamentos e à carência de água potável, experimentos foram realizados com os prisioneiros a fim de descobrir tratamentos eficazes para a hipotermia, assim como a ingestão de água salgada para saber em que medida a água se tornava potável.

De cunho biológico – as pesquisas ocorriam no sentido de criar imunizações e medicamentos para os diferentes tipos de intervenções: antídotos, vacinas, enxertos, amputações dentre outros. Os pesquisadores infectavam os prisioneiros por diferentes vírus e bactérias, como, por exemplo, febre tifoide, malária, febre amarela e hepatite infecciosa. Enxertos ósseos eram realizados para testar substâncias medicamentosas, como a sulfa, e assim conferir sua eficácia. Prisioneiros eram expostos a perigosos gases tóxicos para, então, testar antídotos eficazes para esse tipo de contaminação. Na busca de intervenções mais eficazes para a esterilização, os que se encontravam no campo de concentração eram esterilizados e castrados. Para estudar os efeitos da utilização de venenos em humanos, esses eram administrados e os seus efeitos eram registrados. E ainda, as reações de gêmeos eram comparadas frente a um tipo de situação em que um era o que sofria o experimento e o outro servia de controle, para depois, por meio de autopsias, verificar as modificações sofridas pelo elemento introduzido.

De cunho sociológico – pesquisas com o objetivo de comparação de diferentes raças que tinham como hipótese a superioridade do povo alemão sobre os outros povos. O objetivo dessas pesquisas era comprovar a ideologia nazista. Para realizar essa comparação foram utilizados gêmeos judeus, ciganos e outros prisioneiros de guerra para assim confirmar a inferioridade racial judaica. Confirmada essa hipótese, foi justificada a ação de esterilizar judeus e ciganos sob o pretexto de que eles desqualificariam a raça humana.

Todas essas atrocidades cometidas em nome da ciência fizeram nascer uma grande preocupação com o controle dessas pesquisas e, assim, procedeu-se a necessidade de um controle e, conseqüente, de regulamentação ética nas pesquisas com seres humanos. Com isso, ficam estabelecidos e garantidos o cuidado e o zelo pela manutenção da dignidade do homem no que diz respeito aos experimentos científicos. Na tentativa de dar contornos e limites às pesquisas com humanos, surgiu, em 1947, o Código de Nuremberg, do qual falaremos mais tarde.

### **3 A experiência clínica de Victor Frankl nos campos de concentração**

No mesmo período da Segunda Guerra Mundial, encontrava-se no campo de concentração Viktor Frankl (1905-1997). Ele vivia em Viena, era formado em Medicina e exercia psicoterapia. Foi fundador da Logoterapia e Análise Existencial, elaborada na primeira metade do século XX. Tratava-se de uma perspectiva psicoterápica que tinha

bases na Filosofia, no Humanismo e acima de tudo em suas experiências clínicas. A perspectiva clínica por ele sistematizada se diferenciava da Psicanálise de Freud. Frankl, como pesquisador do psiquismo humano, defendia a importância de que o sentido que o homem articulava em sua vida era a base de sua saúde mental. Mas sem dúvida nenhuma sua teoria se consolidou com suas vivências e experiências com os prisioneiros dos diferentes campos de concentração pelos quais Frankl passou. Dessa experiência resultou um livro de grande repercussão de sua autoria – *Em busca de sentido: Um psicólogo no campo de concentração* (FRANKL, 2008).

Em *Em busca de sentido*, Frankl (2008) descreve a sua experiência com prisioneiros nos campos de concentração. Ele não está interessado em descrever as torturas ocorridas nesse espaço e tempo, por isso elabora uma pergunta logo no primeiro parágrafo do livro que vai ser a espinha dorsal de tudo o que será tratado: “De que modo se refletia na cabeça do prisioneiro médio a vida cotidiana do campo de concentração?” (p. 18).

Frankl adverte que o que ele, o prisioneiro 119104, está fazendo é um ensaio psicológico, ou seja, ele quer descrever o que vivenciou no campo de concentração, a “pequena morte da grande massa” (p. 18). Ele acredita que com esse ensaio poderá contribuir com muitas pesquisas vindouras em Psicologia, tal como ocorrera, por exemplo, com as investigações sobre a psicologia do encarceramento, mostrando claramente como dessa situação originava uma doença que fora denominada “doença do arame farpado” (p. 21). Também em consequência dessa Grande Guerra, passamos a ter mais conhecimentos acerca da “psicologia das multidões”, que resultou no livro homônimo de Gustave Le Bon.

Segundo Caldas e Calheiros (2012), a experiência de Frankl como prisioneiro no campo de concentração corroborou a ideia já existente previamente de que o ser humano é um ser bio-psico-socio-espiritual, sendo o último o mais abrangente e que “pode dotá-lo de uma surpreendente força de resistência” (p. 90).

Frankl (2008), durante o tempo que esteve nos campos de concentração por meio de uma observação aguçada dos que ali se encontravam e dele mesmo, tendo em mãos uma enorme quantidade de material, descreveu três fases de reações psicológicas distintas pelas quais os prisioneiros passavam: a fase da recepção do campo, a fase da dita vida no campo de concentração e a fase por soltura, ou melhor, a libertação do campo (p. 11). Essas fases são referidas por Frankl como choques.

A primeira fase ocorre mediante o choque da recepção em que, além do modo amontoado como eram transportados, a cada instante eles se deparavam com cenas de mortes impactantes. Nessa fase ocorrem a primeira seleção e a desinfecção, restando apenas “a existência nua e crua” (p.15). Quanto às reações nessa fase, viu que os prisioneiros faziam humor negro, tinham curiosidade de saber como sairiam daquele lugar, sentiam saudades profundas dos seus familiares e ficavam muito enojados com as suas vestes e a lida diária com os excrementos. Sobre essa fase, Frankl sintetiza seu final com o título “Entrar no fio”, que seria o momento em que se pensava em suicídio. Ele diz: “A nossa investigação psicológica, no entanto, ainda não havia chegado até lá, nem tampouco nós, prisioneiros, já atingíamos esse ponto no curso dos eventos. Estávamos na primeira fase da reação psicológica” (p. 18).

Na segunda fase, passado o estado de choque, que Frankl denominou fase da dita vida no campo de concentração, aparecem as reações de adaptação, as quais Frankl denomina reações anímicas. Nesses estágios, os prisioneiros tornam-se totalmente indiferentes, insensíveis e imperturbáveis, tanto no que diz respeito ao sofrimento e à morte do outro, quanto com relação ao seu sofrimento. Até mesmo as crianças comportam-se dessa mesma forma.

Na terceira fase, a fase após a libertação do campo, Frankl denomina de soltura e passa a descrever a psicologia do prisioneiro recém-liberto. As reações não são de alegria, parecem mais ser de desconfiança, andam a passos lentos, olham uns para os outros. Embora em pensamento repitam para si mesmos que estão livres, não conseguem apreender essa liberdade. Frankl diz “Literalmente desaprendemos o sentimento de alegria. Será necessário aprender de novo a alegrar-se” (p. 64). Primeiramente comem muito. Depois começam a falar sem parar. Frankl finaliza: “E é passo a passo, não de outro modo, que entras nesta nova vida, tornas a ser homem” (p. 65).

Aquino destaca que, na primeira e segunda fases, os prisioneiros mesmo com todo seu estado de terror e apatia:

Embora tenham regredido ao estágio da luta pela sobrevivência, duas áreas de interesse se sobressaíam: a política e a religião. A primeira temática está vinculada à esperança do fim da guerra, que nem sempre era verossímil; já a segunda surpreendia os prisioneiros recém-chegados pela vitalidade das preces e orações em lugares improvisados. Gradativamente os internos progrediam para um tipo de experiência da existência provisória, pois “*o fato de que não exista um término da forma de existir no campo de concentração conduz à experiência de um futuro inexistente*” (Frankl, 1990, p. 207). Ocorre, portanto, uma perda da estrutura temporal, levando o prisioneiro a uma experiência de um futuro inexistente, o que, por conseguinte, o conduz a viver no imediatismo (AQUINO, 2012, p. 208).

Pelo fato de Frankl ficar preocupado com o aspecto subjetivo de suas conclusões, ele admitiu: “(...) deixarei que outros destilem mais uma vez o que está sendo apresentado, tirando do estrato dessas experiências subjetivas suas conclusões impessoais em forma de teorias objetivas” (FRANKL, 2010, p. 21, citado por AQUINO, 2012). Aquino, então, seguiu a recomendação de Frankl e desenvolveu uma análise textual do relato autobiográfico presente na estrutura narrativa, chegando à seguinte conclusão:

A estada de Frankl nos campos de concentração proporcionou a validação vivencial dos princípios que esse autor adota em sua visão antropológica, ressaltando, sobretudo, a “liberdade da vontade” e a “vontade de sentido”. De forma geral, a técnica estatística textual aqui aplicada permitiu o mapeamento do mundo lexical da primeira parte da obra *Em Busca de Sentido*, o que permitiu revelar a estrutura da sua narrativa. Essa análise, realizada por meio do *ALCESTE*, identificou três classes: por um lado, a classe 1, Facticidade dos prisioneiros, por outro as classes 2 e 3, Posicionamento psicoexistencial, corroborando a concepção desse autor segundo a qual o ser humano poderia se posicionar perante as condições psicossociais, escolhendo sua forma de ser-no-mundo por meio de sua dimensão *noológica*. Assim, considerou-se relevante analisar esse *corpus* tendo em vista que o mesmo desvela a essência do pensamento originário do autor em tela, tornando tangíveis os conceitos teóricos e filosóficos dessa abordagem (AQUINO, 2012, p. 214).

#### 4 Diferentes órgãos de controle da ética nas pesquisas com humanos

Neste estudo nos referimos a diferentes denominações de normativas e plataformas dirigidas ao controle de pesquisas com seres humanos. Considerando a ordem em que apareceram aqui, temos: Plataforma Brasil (PB), Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), Código de Nuremberg. Todas essas denominações podem provocar uma imensa confusão acerca da função de cada uma delas. Na tentativa de esclarecermos sobre cada um desses órgãos com suas respectivas siglas, vamos apresentá-las a seguir.

Código de Nuremberg – foi criado em 1947 para que se começasse a desenvolver normas éticas para a realização de pesquisas com seres humanos. O objetivo era o de conter a possibilidade de ocorrência de outras atrocidades como as cometidas durante a Segunda Guerra Mundial.

[...] elaborado após o julgamento dos criminosos nazistas, tornou-se o primeiro documento internacional relevante na regulamentação das pesquisas clínicas e influenciou as diretrizes que se seguiram. Suas referências foram as diretrizes alemãs anteriores à guerra que orientavam a ética médica e a experimentação científica (JACOMÉ, 2013, citado por ARAUJO; FRANCISCO, 2016, p. 363-364).

Em 1997, o Código de Nuremberg foi reformulado. Depois do Código de Nuremberg, diversos códigos e resoluções passaram a reger essas práticas de pesquisa em todo o mundo. No Brasil, a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS)

estabeleceu os fundamentos éticos e científicos para pesquisas com humanos bem como criou os órgãos responsáveis pelo acompanhamento dos processos éticos das pesquisas.

Segundo a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, o respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre esclarecido e, no caso de crianças e adolescentes ou legalmente incapaz também do assentimento de sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa (ARAUJO; FRANCISCO, 2016, p. 364).

O Sistema CEP/CONEP são órgãos independentes no que diz respeito a atuação de cada um deles. No entanto, o primeiro está totalmente vinculado ao segundo bem como com a instituição na qual as pesquisas ocorrem, seja de ensino ou hospitalar, que acolhe o CEP. Esta se constituiu como uma comissão de extrema importância na medida em que procede a análise dos protocolos de pesquisa bem como orienta e ensina os pesquisadores como proceder sempre tendo em conta a Resolução 466/2012.

A CONEP é um órgão criado pelo CNS por meio da Resolução 466/2012:

A CONEP tem como principal atribuição o exame dos aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos. Como missão elabora e atualiza as diretrizes e normas para a proteção dos sujeitos de pesquisa e coordena a rede de Comitês de Ética e Pesquisa das instituições.

Cabe à CONEP avaliar e acompanhar os protocolos de pesquisa em áreas temáticas especiais como: genética e reprodução humana; novos equipamentos, dispositivos para a saúde; novos procedimentos; população indígena; projetos ligados à biossegurança e à participação estrangeira. A CONEP também se constitui em instância de recursos para qualquer das áreas envolvidas<sup>2</sup>.

Por fim, a Plataforma Brasil é uma ferramenta construída pelo CNS por meio das tecnologias vigentes com o objetivo de agilizar o processo de submissão das pesquisas no que diz respeito ao controle das informações prestadas pelos pesquisadores em seus projetos em âmbito nacional.

A Plataforma Brasil tem como princípio permitir o acesso ao número de pesquisas aprovadas ou em tramitação, divididos por região/estados e por área. Além disso, contará também com um campo dedicado ao cadastro de pesquisadores e um espaço para os Comitês de Ética de Pesquisa (CEP) fazerem o acompanhamento das pesquisas tanto em âmbito local como aquelas em tramitação na CONEP. A sociedade poderá ter acesso ainda aos dados de todas as pesquisas aprovadas, conforme informação no próprio sítio do CNS (ARAUJO; FRANCISCO, 2016, p. 383).

Sem dúvida, com relação à pesquisa com seres humanos, enfrentamos uma ambiguidade que diz respeito ao binômio necessidade e liberdade. O pesquisador precisa realizar suas investigações uma vez que é com isso que a sociedade como um todo conquista benefícios decorrentes dos progressos da ciência e da tecnologia. E para realizar

---

<sup>2</sup> [http://www.conselho.saude.gov.br/Web\\_comissoes/conep/index\\_conep.html](http://www.conselho.saude.gov.br/Web_comissoes/conep/index_conep.html)

tal proeza, ele precisa ter liberdade para pesquisar. Por outro lado, esse mesmo pesquisador pode esquecer-se dos limites de sua investigação e com isso atuar sem compromisso com a ética necessária na lida com o outro. Por isso precisamos lembrá-lo daquilo que é necessário em seus estudos, e isso diz respeito aos princípios éticos que sustentam a dignidade humana, seus direitos e sua liberdade.

## **5 CONEP: Ciências Sociais e Humanas**

Luiz Fernando Dias Duarte inicia seu texto, intitulado *Práticas de poder, política científica e as ciências humanas e sociais: o caso da regulamentação da ética em pesquisa no Brasil* (2014) referindo-se à “generalização dos debates bioéticos”. É sobre o problema da generalização que ele irá se debruçar para tecer críticas ao modo como o Conselho Nacional de Saúde elaborou uma resolução acerca da ética nas pesquisas com o objetivo de estabelecer parâmetros para a prática de investigação que envolvesse seres humanos. A resolução do Conselho Nacional de Saúde número 196 (BRASIL, 1996), de 10 de outubro de 1996, iniciou um sistema de avaliação abrangente e complexo, consubstancializado em um Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e em uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) que deveriam proporcionar uma devida cobertura para a reflexão, análise e controle de todas as pesquisas com seres humanos.

Duarte aponta para diversos problemas na elaboração desse documento, dentre os quais detém-se na presença de poucos cientistas das Ciências Humanas e Sociais no grupo que trabalhou na formulação da resolução. Com isso, as decisões que foram consideradas trouxeram grandes prejuízos às pesquisas nessas áreas de estudo, uma vez que os parâmetros estabelecidos tiveram como norte a área biomédica. Esses parâmetros não são consoantes às pesquisas realizadas no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, provocando um golpe quase mortal a essas modalidades de pesquisa. Mortal uma vez que ou esses pesquisadores se adaptam aos parâmetros das ciências duras ou então desaparecem do cenário das pesquisas científicas.

Outro problema diz respeito à subordinação das Ciências Humanas e Sociais ao novo sistema, situação essa que em pouco tempo trouxe uma grande insatisfação aos investigadores dessas áreas, que logo perceberam os prejuízos que a rigidez dos parâmetros estabelecidos provocava no andamento de suas investigações. Os componentes dos comitês, comprometidos com o modo de pensar lógico e causalista da área biomédica, não conseguiam compreender os pressupostos que norteiam o modo de

investigar das Ciências Humanas e Sociais. Além disso, o sistema se organizou por meio de uma burocratização excessiva, muitas vezes, desnecessária e impermeável.

Por fim, Duarte constatou que os componentes do comitê que emitiam os pareceres dos projetos de pesquisa apresentavam um perfil fiscalizador e controlador ao passo que os cientistas das áreas humanas e sociais requeriam um perfil mais educativo. Sem dúvida, até mesmo esse perfil que fiscaliza e controla encontra-se muito distante daquilo que as Ciências Humanas e Sociais defendem e propagam.

Em reunião do GT Ciências Sociais e Humanas em 14 de agosto de 2013, na sede da CONEP/Brasília, um grupo de cientistas salientou a importância da participação dos membros do GT para elaborarem uma resolução específica para as Ciências Sociais e Humanas. Essa resolução complementar à de número 466/12 e trataria de disposições para pesquisas prioritárias para o SUS, estabelecendo a classificação de risco e o processo de acreditação dos CEP/ CONEP. Ressaltaram a importância de que essas resoluções sejam harmoniosas entre si e por isso deveriam enfatizar a importância do diálogo. Sem negar a legitimidade do Ministério da Saúde na regulamentação das pesquisas em todas as áreas, concordaram que o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação seria o órgão mais adequado para tratar de normas éticas para todas as áreas do conhecimento.

Em reunião, ressaltaram que a experiência dos pesquisadores das Ciências Sociais com os CEP tem sido muito ruim desde 1996. E por isso seria preciso construir pontes, uma vez que pesquisadores da área biomédica não entendem dos métodos próprios das Ciências Sociais e Humanas. Com isso, estes últimos se sentem prejudicados na análise de seus projetos e salientam que a Resolução 196/96 foi elaborada para a regulamentação das pesquisas na área médica. Considerando e solicitando que sejam levadas em conta as especificidades de cada área, cabe lembrar que especificidade não é sinônimo de dicotomia e conflito.

A resolução complementar manter-se-ia subordinada à Resolução 466/12 resguardando apenas as especificidades de cada área de estudo. É importante a elaboração dessa resolução complementar para as pesquisas em Ciências Sociais e Humanas na saúde, bem como a normatização específica elaborada no MCTI.

## **6 E sobre a ética, o que temos a dizer?**

Kierkegaard (1843/2010), em *O conceito de angústia*, refere-se à primeira e a segunda ética. A primeira diz respeito à ética aristotélica que é puramente normativa e

formal; já a segunda ética diz respeito à própria afinação no interior das relações. Na medida em que a segunda ética perde a medida e não mais está atenta aquilo que é mais originário, ou seja, o respeito pelo outro, faz-se necessário o estabelecimento dos limites e, então, entra em cena o caráter normativo e regulador da primeira ética, que, na verdade, por se tratar da forma, ganha uma perspectiva moral.

É preciso pensar mais originariamente o espaço da ética como lugar privilegiado de sustentar a possibilidade da lembrança da medida das relações. Para continuar com essa discussão, recorreremos ao modo como Heidegger pensou a ética, que ele denominou *ethos*.

Antes, porém, é preciso ressaltar que há um intenso debate entre os filósofos acerca de se em Heidegger havia uma preocupação com a ética ou não. Sales (2002) assinala que sim. Defende ele que em Heidegger o tema da ética já estava presente em *Ser e tempo*. A questão é que o filósofo alemão não abordou a ética como uma disciplina metafísica, mas elaborou tal questão em uma perspectiva ontológica da existência humana, ou seja, discute a ética em seu sentido mais originário – *ethos*. Sales ressaltava logo no início do texto:

Normalmente, quando falamos em ética, logo nos vem à mente leis, regras e valores (noções de certo e errado, de bem e de mal etc.), instruções, obediência, comportamento, deveres, vontade, liberdade, busca de felicidade, consciência, culpa, privação, expiação, arrependimento etc (SALES, 2002, p.35).

O filósofo retoma à clássica negativa de Hölderlin à pergunta por ele mesmo formulada: *Há uma medida sobre a terra?* Para Heidegger, há uma relação íntima entre o habitar poético, a poesia e o sentido originário da medida. O filósofo também aponta para uma relação paradoxal entre, por um lado, uma era de extrema precisão e extensão das medições e, por outro, uma medida que desconhece limites, ou seja, uma medida que se caracteriza pela desmedida. Em *Seminários de Zollikon* (HEIDEGGER, 2001), o filósofo nos adverte que o homem sempre se encontra em risco de se perder, dado seu caráter de indeterminação originária (HEIDEGGER, 1927/1998), que não permite que seu destino seja dado aprioristicamente como uma espécie de instinto, pulsão ou algo inato.

## 7 Considerações finais

Ao proceder a análise sobre a tessitura da Plataforma Brasil, vale ressaltar que estamos de acordo com a defesa de que qualquer pesquisa com humanos deva cumprir os procedimentos éticos que garantam e respeitem o participante da pesquisa. Isso deve ser

atendido tanto no que se refere à integridade física e à saúde, como também à dignidade e à autonomia dos sujeitos da pesquisa, sempre não perdendo de vista que mesmo uma pesquisa que pareça não fazer mal nenhum possa fragilizar e deixar vulnerável alguns de seus participantes. Por isso, devemos nos assegurar de que participar da pesquisa depende da vontade do participante tanto de ingressar na pesquisa como de permanecer nela.

Por respeito a pessoa e, ao mesmo tempo, na tentativa de controlar a ânsia do pesquisador para investigar dados e concluí-los, faz-se premente exigir que o pesquisador apresente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de cada participante de sua pesquisa. Completa Dra. Greyce:

Essa manifestação expressa, livre e esclarecida; precisa ponderar entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos, e garantindo que danos previsíveis serão evitados; precisa ter relevância social, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária; e, finalmente, precisa ser aprovada previamente por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) (LOUSANA, 2012, p. 10).

Essa estudiosa ainda ressalta que:

As diversas Unidades técnico-científicas da Fiocruz que realizam inúmeras pesquisas envolvendo seres humanos estão comprometidas com estes princípios éticos. Os respectivos Comitês de Ética acompanham e aprovam todos os projetos, avaliando e opinando sobre os problemas éticos, jurídicos, científicos e sociais pertinentes (LOUSANA, 2012, p. 10).

A questão que apresentamos aqui, tanto no que diz respeito aos depoimentos quanto aos problemas apresentados pela Dra. Greyce Lozana, não se dirige à crítica às situações acima, mas sim ao fato de que precisamos saber do porquê de tantas exigências não cumpridas e, portanto, de projetos devolvidos que fazem com que as pesquisas se tornem morosas. Segundo Dra. Greyce, uma pesquisa realizada com base em 360 projetos analisados em 2011 pelo CEP-UPE, 83% foram da área de saúde e, desse montante, 59% retornaram por alguma pendência. As pendências são técnicas, metodológicas, éticas e documentais.

Os depoimentos gratuitamente oferecidos pelos pesquisadores evidenciaram que, embora eles reconheçam a pertinência desse sistema para combater “pirataria” e cuidar dos participantes da pesquisa, trata-se de um processo extremamente trabalhoso e com a exigência de excessivos detalhes. A exigência de hipóteses e outras condições próprias às Ciências Biológicas são exigidas às Ciências Humanas e Sociais que, em grande parte, diferem em alguns de seus modelos de proceder as pesquisas ao modelo das ciências naturais. A queixa constante diz respeito à rigidez com que os sistemas reguladores tratam

as pesquisas qualis. Um dos depoimentos faz uso de uma metáfora com a rede de pescar, ou seja, pesca-se tudo até o que não deveria ser capturado. Na cadência dessa metáfora, gostaríamos de acrescentar que o problema é o uso da rede. Tanto na pescaria propriamente dita quanto na pescaria que diz respeito às pesquisas, devemos ter muito cuidado com as redes uma vez que, na ânsia de pegar muitos peixes, podemos capturar fêmeas prenhes, como, por exemplo, pesquisas que muito teriam a contribuir com o bem-estar psíquico e social do homem, mas, ao serem capturadas por essas redes de malhas tão estreitas, não puderam cumprir a missão para a qual se destinavam.

O homem moderno, totalmente tomado pela *hybris*, necessita posicionar *ummetron* – é disso que nasce uma ética formal. O homem esqueceu-se do *ethos* mais originário. Por isso, a todo momento somos surpreendidos com o caráter obrigatório de preenchimento de formulários e protocolos. Pelo esquecimento da medida mais originária, que nasce da própria relação e por isso é mediada pelo respeito e consideração ao outro, é que se faz premente que normas e regras se imponham de modo a não deixar mais que se repita as atrocidades ocorridas na Segunda Guerra Mundial.

Sobre o título deste texto – *Plataforma Brasil e Suas Tessituras* –, convém lembrar que, na música, tessitura diz respeito à afinação entre o som e a voz que emite tal som. Esse termo diz respeito também ao ato de fiar um tecido. Em ambas, a utilização do termo refere-se àquilo que é necessário fazer visando a qualidade de sua execução: “No caso da voz humana, refere-se ao conjunto de notas que um cantor consegue articular sem esforço de modo que o timbre saia com a qualidade necessária”<sup>3</sup>. Com esse título, queremos ressaltar que é preciso lutar para que a Plataforma Brasil, junto a seus diferentes Sistemas, CEP/CONEP, possa alcançar uma tessitura tal que pesquisadores e plataforma cumpram as suas tarefas com a máxima afinação possível.

## Referências

ARAÚJO, N. C. de.; FRANCISCO, D. J. Ética em pesquisa com seres humanos na web: o caso da Plataforma Brasil. **Informação & Informação**, Londrina, v. 21, n. 3, p. 361 -375, set./dez. 2016.

AQUINO, T. A. A. de. Análise da narrativa de Viktor Frankl acerca da experiência dos prisioneiros nos campos de concentração. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 18, n. 2, p. 206-215, jul./dez. 2012.

---

<sup>3</sup> [www.dicionarioinformal.com.br/tessitura/](http://www.dicionarioinformal.com.br/tessitura/)

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 196**. 10 out. 1996. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/1996/Reso196.doc>. Acesso em: 27 out. 2014.

CALDAS, M. T.; CALHEIROS, M. E. O Homo humanus à luz da verdade do ser e do sentido da vida: O pensamento de Martin Heidegger e de Viktor Frankl acerca da Humanitas. **Revista Logos & Existência**, [S.I.], v. 1, n. 1, p. 88-99, 2012.

DUARTE, L. F. D. Práticas de poder, política científica e as ciências humanas e sociais: o caso da regulação da ética em pesquisa no Brasil. **História Oral**, [S.I.], v. 17, n. 2, p. 9-29, jul./dez. 2014.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

HEIDEGGER, M. **Seminários de Zollikon**. Petrópolis: Vozes, 2001.

KIERKEGAARD, S. **O conceito de angústia**. Petrópolis: Vozes, 2010.

LOUSANA, G. Plataforma Brasil: limites e desafios. **Revista de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial**, [S.I.], v.12, n. 1, jan./mar. 2012.

SALES, M. A questão da dimensão ética na analítica existencial heideggeriana. **Ágora Filosófica**, [S.I.], ano 2, n. 1, jan./jun. 2002.

**Convite feito em:** 08 de maio de 2021

**Revisão feita em:** 20 de novembro de 2021